

O fim de uma ilusão

STEPHANY GRIFFITH-JONES E OSVALDO SUNKEL

SÃO PAULO, BRASILIENSE, 1990

No início dos anos 50 ocorreu a proliferação de teorias que tentavam, de uma forma ou de outra, explicar as razões do subdesenvolvimento e fornecer insumos para desenvolver os países do chamado Terceiro Mundo. Tal preocupação surgiu, em grande parte, devido aos próprios interesses estratégicos das potências ocidentais; deveria ser possível o desenvolvimento dos países pobres dentro de uma economia de mercado, e o próprio crescimento econômico ajudaria a aliviar as tensões sociais que conduziam diversas nações ao comunismo e a modelos de capitalismo autoritário.

A produção intelectual na área cresceu à mesma taxa do otimismo com relação à possibilidade de superar os obstáculos ao desenvolvimento. A América Latina teve na Cepal o grande fornecedor de insumos intelectuais para o tratamento do problema; havia uma crença generalizada na possibilidade dos países sul-americanos de superar o subdesenvolvimento por meio de determinadas políticas governamentais.

O modelo de substituição de importações foi, em linhas gerais, o adotado na América Latina. Tal modelo supunha que se deveria internalizar determinados setores produtivos a fim de promover a industrialização. A economia passaria a funcionar de acordo com determinantes endógenos, liberando-se da dependência com relação ao setor externo. O governo deveria incentivar a industrialização, fortalecendo o empresariado doméstico e promovendo incentivos para a substituição de importações.

Efetivamente o modelo de desenvolvimento adotado na América Latina implicou uma elevada participação do Estado na economia e gerou economias altamente protegidas. Soma-se a esses fatos o elevado grau de endividamento — interno e externo — com o qual essas economias se defrontaram no início dos anos 80. Ao longo da referida década, como é sabido, nossas economias sofreram grande perda de capitais e de recursos para investimento. O setor público, na grande maioria dos países latino-americanos, estava, ao início da década, falido, e as economias enfrentaram durante esses anos elevadas taxas de inflação, o que, sem dúvida, colaborou para sua desestruturação. O resultado final de tudo isso é que o otimismo do pós-guerra foi substituído por um pessimismo generalizado no que diz respeito à possibilidade da superação do subdesenvolvimento.

O livro de Griffith-Jones e Sunkel aborda exatamente o impacto da crise da dívida sobre os países latino-americanos. Mais que simplesmente descrever essa crise, a obra propõe-se a analisar os determinantes estruturais e históricos do fenômeno.

No segundo capítulo (precedido por uma introdução) é apresentada uma avaliação quantitativa e qualitativa da crise, que, segundo argumentam os autores, é a pior desde a Grande Depressão. A seguir, expõe-se de forma concisa as características do processo de substituição de importações e apontam-se suas principais contradições, dentre elas o fato de o modelo ser concentrador de renda — gerando uma série de tensões políticas, econômicas e sociais.

Essas contradições foram contornadas ao máximo; no entanto, mostrariam sua inevitabilidade num futuro não muito distante.

Nos capítulos seguintes, procede-se a um exame do sistema financeiro internacional, tal como foi constituído a partir de Bretton Woods. Essa nova ordem financeira internacional não representou um fluxo permanente de capitais para os países em desenvolvimento e, em particular, para os da América Latina. A disponibilidade de recursos era determinada aleatoriamente, de acordo com interesses políticos e conforme a conjuntura internacional. Como se não bastasse, a América Latina passa a transferir seus limitados recursos de investimento para o resto do mundo (inclusive países ricos). Outro aspecto abordado é a privatização do sistema financeiro internacional, onde os investidores institucionais perdem importância *vis-à-vis* os privados, que não oferecem condições adequadas de financiamento para as economias em desenvolvimento. O capítulo 7 estuda o impacto negativo da desaceleração do crescimento econômico nos países industrializados, e o subsequente mostra como os países latino-americanos administraram a dívida ao longo da década.

Os capítulos 9, 10 e 11 abordam, à guisa de propostas de políticas econômicas para superar a crise, soluções possíveis para iniciar uma nova etapa de desenvolvimento econômico. Inicialmente, os autores rejeitam a idéia de que a simples recuperação dos países industrializados possa, *per se*, gerar

as condições necessárias para a retomada do desenvolvimento: o que se deve buscar são novas condições institucionais, principalmente em nível internacional, para a redefinição de atores e papéis dentro do novo cenário mundial. Devem-se criar linhas de financiamento que garantam condições de menor risco para os países tomadores de empréstimos de longo prazo, além de mecanismos que evitem que esses países venham a se descapitalizar.

Por outro lado, os governos devem buscar novos critérios de investimentos que diminuam a ineficiência e o desperdício e permitam uma maior socialização dos benefícios do desenvolvimento econômico. Deve-se levar em conta a parcela do produto destinada a cada grupo social e os custos do processo, distribuindo-os segundo critérios de equidade e justiça social; não se pode esquecer que um dos grandes objetivos da busca do desenvolvimento econômico é a conquista da cidadania para a maior parte da população, e não para uns poucos "incluídos".

Finalmente, a conclusão básica da obra é a seguinte: enquanto não se constitui uma nova ordem financeira internacional que reverta o circuito perverso do subdesenvolvimento, os governos dos países latino-americanos devem buscar um incremento da produção interna de bens de salário e a ampliação do emprego; antes de pagar a dívida externa, tais governos têm de praticar um severo racionamento de divisas, promovendo as exportações e a continuidade do processo de substituição de importações.

Marcos Fernandes

FIPE/USP — Fundação Instituto de Pesquisas
Econômicas da Universidade de São Paulo.

A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos

SÉRGIO MICELI
SÃO PAULO, SUMARÉ/IDESP, 1990

O autor do livro, Sérgio Miceli, iniciou sua carreira docente no Departamento de Fundamentos Sociais da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, onde deu valiosas contribuições na atividade de docência e pesquisa em

Ciências Sociais, bem como coordenando trabalhos coletivos de investigações interdisciplinares. Foi também um dos professores fundadores do Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, bem como secretário-executivo da Anpocs — Associação Na-

cional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais por duas gestões sucessivas. Atualmente é professor de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Em termos de publicações, Miceli foi autor da seleção, organização e de ampla introdução crítica (além de boa parte da tradução) do importante livro de Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, editado pela Perspectiva em 1974. Pela mesma editora publicou *A noite das madrinhas*, uma pioneira análise sociológica sobre programas televisivos. Realizou ainda importantes investigações sociológicas sobre a classe dirigente no país como os livros *Sexo, poder e letras na República Velha* e *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Estendeu essa análise aos políticos profissionais em *Brasil republicano — sociedade e política*, com o capítulo “Carne e osso da elite política brasileira pós-1930”. Ainda sobre a classe dirigente, publicou, em 1988, *A elite eclesial brasileira* (Editora Bertrand Brasil), originalmente apresentada como tese de livre-docência na Unicamp. Em 1989, Miceli organizou e publicou *História das ciências sociais no Brasil* (vol.I), livro composto por alguns ensaios escritos por pesquisadores do Idesp para um projeto coordenado por Miceli e financiado pelo Finep. O livro objeto desta resenha é um ensaio realizado no bojo desse projeto, que inaugura o catálogo da Editora Sumaré do Idesp e evidencia a perspicácia de análise e a maturidade desse importante cientista social brasileiro.

Obra composta de cinco capítulos, no primeiro Miceli discute as condicionantes do investimento externo no Brasil. Para Miceli, as relações acadêmicas entre o Brasil, os EUA e alguns países europeus no campo das ciências sociais requerem uma apreciação daquelas instituições, categorias profissionais, redes informais e mercados que modelam o “intercâmbio” entre esses diferentes sistemas de produção intelectual. No segundo capítulo, um dos mais interessantes do livro, é analisada a política cultural dentro da política externa norte-americana, particularmente a “experiência” da Fundação Ford. Como registra o autor, o marco decisivo na história recente das relações científicas e intelectuais entre os EUA e os países latino-americanos consistiu na decisão político-institucional dos dirigentes da Fundação Ford de se envolver com estudiosos, cientistas e centros de estudos e pesquisas da região.

O terceiro capítulo trata do Brasil como objeto de pesquisa (de brasilianistas e brasileiros) e dos fluxos de bolsistas. Miceli destaca aí que os anos 70 constituíram um momento particularmente crucial na intensificação do “intercâmbio” Brasil/EUA, tanto no caso da economia quanto no da antropologia, chamando atenção, no entanto, para o que se constata no caso da história. Ele registra que a pesquisa

acadêmica sobre a história brasileira nas universidades norte-americanas converteu-se praticamente numa “reserva” dos brasilianistas, pois somente 5 por cento dos doutores em História do Brasil nos EUA são brasileiros, para 53 por cento de doutores brasileiros em economia e 46% de doutores brasileiros em sociologia (do total de teses sobre o Brasil no período 1951-1985).

Para Miceli, no caso da área de história, pode-se aventar uma hipótese plausível segundo a qual o “fechamento” do mercado norte-americano a postulantes brasileiros seria uma estratégia defensiva das pretensões profissionais dos aspirantes locais a se tornar especialistas de um país como o Brasil. Por outro lado, talvez se devesse interpretar a tendência também por conta do que se passa no mercado doméstico, onde as “vocações” nativas para historiador acadêmico teriam mais vantagens em realizar seu doutoramento aqui, sobretudo em função das facilidades de acesso às fontes primárias de documentação. As razões de tal situação, decerto, misturam ambas as determinações. No capítulo IV (“A economia das trocas norte-sul: fluxos de postulantes, visitantes, competentes e excelentes”), Miceli analisa o trânsito de estudantes, docentes e pesquisadores do país para os EUA e a Europa e das “metrópoles” para a “periferia”, que são reguladas, de um lado, pelas necessidades de formação de cada nova geração das elites periféricas e, de outro, pelas exigências da agenda para o trabalho de campo formuladas pelos especialistas acadêmicos regionais. Finalmente, no capítulo V, o autor traça o perfil acadêmico e institucional dos brasilianistas.

Como destaca Miceli, a revolução cubana de 1959 foi o fator determinante de toda uma orientação da política externa norte-americana para a América Latina, a começar pela Aliança para o Progresso, tendo prosseguimento com iniciativas que culminaram, em 1966, na criação da Lasa — Latin American Studies Association. Anteriormente já tinham se viabilizado programas luso-brasileiros em Wisconsin/Madison e Nova York (1959-1960). Entre 1961 e 1966, criaram-se programas latino-americanos de graduação nas universidades de Miami e Virgínia e pós-graduação nas universidades da Califórnia (Los Angeles), Colúmbia, Texas, Yale, Cornell, Illinois, Nova York e Stanford, entre outras. Data também dos anos 60 a inclusão de bolsistas latino-americanos na clientela para doutoramento com dotações da Fundação Fulbright.

O mercado norte-americano se mostrou mais permeável às demandas de candidatos brasileiros ao doutoramento em economia que em qualquer outra disciplina. Destaca o autor que 20 por cento das teses defendidas em economia sobre a América Latina em universidades norte-americanas são de autoria de brasileiros. Para ele, as razões para tal proporção

devem ser buscadas tanto nas orientações acadêmicas exógenas dos responsáveis e líderes da disciplina no país, como nas características sociais da clientela dessa nova frente de especialização profissional, que então se abria no interior dos grupos dirigentes. Entre os economistas doutorados nos EUA encontram-se não apenas algumas das mais prestigiosas lideranças acadêmicas e intelectuais da disciplina, como também uma quantidade expressiva de figuras representativas da geração tecnocrática, que vem ocupando postos-chave de comando nos setores público e privado dos últimos governos militares e da Nova República.

Cabe perguntar a razão de Miceli dar o título de *A desilusão americana* a seu interessante livro. Para o autor, o Brasil ocupa uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho intelectual, de tal modo que os cientistas sociais brasileiros se mostram com freqüência mais inclinados a tomar como objeto quase exclusivo de estudo sua própria realidade nacional, mascarando mentalmente tal sujeição intelectual como se fora produto de uma "opção heurística", cujo rendimento explicativo se justificasse pelas lições contidas num caso particularmente complexo de desenvolvimento retardado

em todas as frentes de atividade. Para Miceli, no entanto, o sistema local de produção intelectual encontra-se subordinado aos ditames da agenda metropolitana. Em outras palavras, para ele "os estudos latino-americanos, os fluxos de recursos, de bolsistas, de especialistas, de idéias, valores e paradigmas, a gênese dessa espécie *sui generis* de especialistas que são os brasilianistas, todas essas dimensões em que se espelham as relações acadêmicas Norte-Sul acabam sendo moldadas também em resposta a condicionantes atuantes em âmbito doméstico. A ilusão americana é, pois, esse estoque move-dido de sentimentos prontos e idéias esfumaçadas de que todos nós somos prisioneiros e em meio ao qual buscamos parte de nossa identidade ao tentar congelar um perfil, pessimista com freqüência, daqueles que são, ao mesmo tempo, nossos concorrentes e financiadores, nossos mentores e parceiros, nossos devedores e credores, um dos modelos no presente para nossa existência futura" (p. 10). O livro de Miceli consegue reunir em exatamente oitenta páginas uma riqueza de dados e informações e uma profunda análise sobre as relações acadêmicas entre o Brasil e os EUA que tornam sua leitura extremamente interessante.

José Márcio Rego

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

Trajectorias divergentes — comparación de un siglo de desarrollo económico latinoamericano y escandinavo

MAGNUS BLOMSTROEM E PATRICIO MELLER, COORDS.

SANTIAGO DO CHILE, CIEPLAN-HACHETTE, 1990

Este livro de ensaios descreve e compara um século de desenvolvimento econômico em alguns países latino-americanos (Chile, Colômbia, Equador e Uruguai) com a experiência dos países escandinavos. O objetivo dessa coletânea é examinar as condições que propiciaram os caminhos divergentes de desenvolvimento nessas regiões, e se propõe ainda a indicar lições e alternativas para a América Latina, a partir do êxito alcançado pela Escandinávia.

Os estudos ressaltam que o modelo escandinavo de política industrial sustentou uma estratégia

de desenvolvimento que combina o crescimento e a eficiência econômica com avançados sistemas de bem-estar. É surpreendente perceber que os países escandinavos se desenvolveram a partir de condições não muito diferentes dos países subdesenvolvidos. Eram nações pobres, essencialmente agrícolas e com uma distribuição de renda desigual, entre meados e fins do século XIX.

A investigação histórica permite apreender como a combinação de acontecimentos externos e condicionantes internos definem a estratégia de desenvolvimento adotada por cada país.

Um grande mérito dessa coletânea é retomar as questões econômicas de longo prazo, num momento em que os países da América Latina vivenciam a crise mais profunda de sua história. É importante perceber que esta não se restringe a combater os problemas macroeconômicos de curto prazo. É também uma crise do modelo latino-americano de desenvolvimento econômico.

O primeiro capítulo, de autoria dos coordenadores, apresenta uma visão global dos países estudados e ainda seleciona seis aspectos que norteiam o estudo de cada país. Os tópicos são: agricultura e reforma agrária; educação; recursos naturais e industrialização; política comercial e industrial; tecnologia e capital estrangeiro; aspectos sócio-políticos; e papel do Estado.

No capítulo 2, Bo Soedestern enfatiza como a reforma agrária na Suécia desempenhou um papel chave para o rápido processo de industrialização, salientando também o maciço apoio à educação. No capítulo 3, Patricio Meller descreve o desenvolvimento econômico chileno de longo prazo, destacando o papel do setor externo e dos principais agentes econômicos. Martin Paldam examina, no capítulo 4, o desenvolvimento do Estado do bem-estar dinamarquês, concluindo que ele não pôde ser criado antes que o país atingisse um nível relativamente alto de desenvolvimento. Diferentemente dos outros países latinos, o Uruguai, como destaca Martin Rama, não foi sempre subdesenvolvido. Os argumentos convencionais são recusados para justificar a decadência econômica uruguaia. No capítulo 6, Helge Hueen avalia o desenvolvimento econômico da Noruega. A abordagem ressalta o papel das instituições, mostrando como o país tem nas exporta-

ções seu fator dinâmico. No capítulo 7, Galo Abril-Ojeda estuda o Equador, país que só inicia seu processo de desenvolvimento nos anos 70, após as descobertas de grandes reservas de petróleo. No capítulo 8, Ari Kokko e Tarmo Haavisto examinam o desenvolvimento tardio da Finlândia, enfatizando os fatores políticos na determinação da estratégia de desenvolvimento econômico. O processo de desenvolvimento econômico de longo prazo da Colômbia é tratado por José Antonio Ocampo no capítulo 9. O último capítulo, um dos mais interessantes, apresenta os principais aspectos teóricos que respaldam o modelo escandinavo de desenvolvimento, ilustrado pelo modelo de política industrial sueco.

O projeto desse livro se origina das reuniões de trabalho do BID, mas a sua forma advém dos debates ocorridos em seminários internacionais na Stockholm School of Economics (Estocolmo, setembro de 1989) e na Cieplan (Santiago do Chile, janeiro de 1990) e coordenados pelos economistas Magnus Blomstroem e Patricio Meller.

Em suma, os ensaios são extremamente estimulantes por questionar alguns mitos e ainda sugerir alternativas ao modelo de desenvolvimento latino-americano. Não se deve esquecer que o próprio modelo escandinavo enfrenta hoje problemas. A discussão sobre o papel da política industrial é importante, num momento em que o discurso neoliberal está tão em moda. Não obstante se analisarem apenas quatro países latino-americanos, as experiências e as grandes questões apontadas são importantes para todos os países que aspiram compatibilizar crescimento e eficiência econômica com equidade social.

Patrícia H. F. Cunha

Escola de Administração de Empresas de
São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

CONVITE A AUTORES DE COMUNICAÇÕES

O Conselho Editorial da *Revista de Economia Política* criou uma seção na revista — *Comunicações* — e dá prioridade de publicação aos trabalhos que se classificarem nessa categoria.

Entendem-se por “comunicações” pequenos artigos que apresentem modelos teóricos gerais ou aplicados a uma realidade concreta da economia. Uma outra forma de defini-las seria dizer simplesmente que *Comunicações* são artigos pequenos, já que não poderão ultrapassar 10 páginas, cada página com 30 linhas.

O Conselho Editorial convida os economistas a escrever comunicações para a *Revista de Economia Política*. Dessa forma, esperamos estar estimulando a redação de artigos sintéticos e pontuais, e ao mesmo tempo tornando a oferta de trabalhos publicados na *Revista* mais variada e cobrindo um maior número de temas. E, como estímulo à produção de comunicações, sua publicação terá prioridade sobre os artigos normais.